



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
N.ª SENHORA DA LUZ
LAR, CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO

Anexo às Contas de 2015

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	8
5	Activos Fixos Tangíveis	8
6	Activos Intangíveis.....	9
7	Locações	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Inventários.....	11
10	Rédito	12
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	12
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	13
14	Imposto sobre o Rendimento.....	13
15	Benefícios dos empregados	13
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
17	Outras Informações.....	14
17.1	Investimentos Financeiros	14
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	14
17.3	Clientes e Utentes	14
17.4	Outras contas a receber	15
17.5	Diferimentos.....	15
17.6	Outros Activos Financeiros.....	15
17.7	Caixa e Depósitos Bancários.....	15
17.8	Fundos Patrimoniais.....	16
17.9	Fornecedores.....	16
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	17
17.11	Outras Contas a Pagar	17
17.12	Outros Passivos Financeiros	17
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	18
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	18
17.15	Outros rendimentos e ganhos.....	18
17.16	Outros gastos e perdas.....	19
17.17	Resultados Financeiros.....	19
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	20



1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Luz, é uma pessoa colectiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), integrada no tipo de Organizações ou Instituições da Igreja Católica na Direcção Geral da Segurança Social desde 08/05/1985, no livro 02 das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 44/85 nas folhas 199 e 200.

Adopta a forma de Centro Social Paroquial, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do Estatuto das IPSS, dos estatutos próprios e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

A instituição visa essencialmente prosseguir actividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento (a que corresponde a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE) n.º 87301), tendo encetado no período de 2015 uma actividade comercial que culmina com a venda de material de incontinência, bem como uma vasta variedade de material de enfermagem (CAE secundário n.º 86906), alargando assim o leque de clientes/utentes à comunidade em geral.

Tem sede em Rua da Parada Militar N.º 12, 2560-053 A-dos-Cunhados e resumidamente a actividade assenta nos seguintes fins:

- a) Apoio às famílias e às pessoas idosas, através do seu Centro Interdisciplinar de Promoção da Autonomia, constituído pelas respostas sociais de: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, ou outras;
- b) Apoio à família e às pessoas através da sua integração no mercado de trabalho;
- c) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- d) Apoio à integração social e comunitária;
- e) Protecção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, de capacidade para o trabalho ou isolamento;
- f) Prevenção, promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- g) Obtida licença do Ordinário do lugar, a promoção de outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)



3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo a manutenção da actividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade na capacidade de influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base no que as demonstrações financeiras ilustrarem.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

A mensuração dos “Activos Fixos Tangíveis” tem por base o método do custo, sendo evidenciados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos atribuídos ao Centro Social a título gratuito encontram-se mensurados ao seu valor patrimonial, o qual ficou lavrado como o montante da doação em escritura pública.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	5 - 51
Equipamento básico	4 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros Activos fixos tangíveis	1 - 11

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as quais se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e Ganhos”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não aplicável.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Não aplicável.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.



As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As amortizações destes activos são calculadas de acordo com a expectativa do seu desempenho, com as seguintes vidas úteis finitas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 - 4

3.2.5 Investimentos financeiros

Em Investimentos Financeiros constam os Fundos de Compensação de Trabalho, constante do Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto, que corresponde a um fundo de capitalização individual, pretendendo garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de Outubro de 2013.

No caso de cessação do contrato de trabalho o valor individualizado do respectivo trabalhador é desreconhecido dos investimentos financeiros, aquando o seu o reembolso.

Descrição	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Fundos de Compensação de Trabalho	1.288,14€	452,07€

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo médio ponderado.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados pelo método do custo menos eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Não aplicável.

3.2.10 Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior



àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Enquadra-se neste regime a actividade de venda de material clínico e de incontinência, bem como o rendimento obtido através da produção de energia própria.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	112.801,00					112.801,00
Edif. e outras construções	1.672.759,32	13.733,24				1.686.492,56
Equipamento básico	321.553,27	19.140,67				340.693,94
Equipamento de transporte	95.649,27		13.917,76			81.731,51
Equipamento administrativo	164.263,32					0,00
Out. Activos fixos tangíveis	66.545,59	6.022,80				72.568,39
Investimentos em Curso	79.688,77					79.688,77
Total	2.2.513.260,54	38.896,71	13.917,96	0,00	0,00	2.458.550,72

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Depreciações	Abates	Transferências	Outras	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	282.467,66	48.159,14				330.626,80
Equipamento básico	263.566,97	12.332,36				275.899,33
Equipamento de transporte	85.129,48	3.237,50	13.917,76			74.449,22
Equipamento administrativo	146.441,76	7015,15				152.935,34
Out. Activos fixos tangíveis	47.590,98	4.271,07				52.393,62
Total	825.196,85	0,00	0,00	0,00	0,00	886.304,31



Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições/Do tações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	112.801,00					112.801,00
Edif. e outras construções	1.686.492,56	40.417,24		154.477,72		1.881.387,52
Equipamento básico	340.693,94	20.723,78				361.417,72
Equipamento de transporte	81.731,51	43.492,00	15.049,20			110.174,31
Equipamento administrativo	164.263,32	2.968,33				167.231,65
Out. Activos fixos tangíveis	72.568,39	6.022,80				78.591,19
Investimentos em Curso	79.688,77	74.788,95		-154.477,72		0,00
Total	2.538.239,49	188.413,10	15.049,20	0,00	0,00	2.676.583,39

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Depreciações	Abates	Transferências	Outras	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	330.626,80	34.670,90				380.394,24
Equipamento básico	275.899,33	13.633,03				289.532,36
Equipamento de transporte	74.449,22	13.602,18	15.049,20			73.002,20
Equipamento administrativo	152.935,34	5.371,35				158.158,06
Out. Activos fixos tangíveis	52.393,62	4.784,21				57.326,46
Total	886.304,31	87.158,21	15.049,20	0,00	0,00	958.413,32

Em 2015 foi dada como concluída a obra no Centro Social, cujo custo de aquisição ascende a 154.477,72€. Consequentemente, foi feita a transferência contabilística do valor referido da conta **45 – Investimentos em Curso** para a **433 – Edifícios e Outras Construções**, encetando-se assim as respectivas depreciações com referência à data da conclusão da obra.

6 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Proj. Desenvolvimento	0,00					0,00
Prog. Computador	17.210,86	2.140,20				19.351,06
Prop. Industrial	0,00					0,00
Out. Act. Intangíveis	0,00					0,00
Total	17.210,86	2.140,20	0,00	0,00	0,00	19.351,06

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Amortizações	Abates	Transferências	Outras	Saldo final
Goodwill	0,00					0,00
Proj. Desenvolvimento	0,00					0,00
Prog. Computador	17.210,86	338,89				17.549,75
Prop. Industrial	0,00					0,00
Out. Act. Intangíveis	0,00					0,00
Total	17.210,86	338,89	0,00	0,00	0,00	17.549,75

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Proj. Desenvolvimento	0,00					0,00
Prog. Computador	19.351,06	900,98				20.250,04
Prop. Industrial	0,00					0,00
Out. Act. Intangíveis	0,00					0,00
Total	19.351,06	900,98	0,00	0,00	0,00	20.250,04

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Amortizações	Abates	Transferências	Outras	Saldo final
Goodwill	0,00					0,00
Proj. Desenvolvimento	0,00					0,00
Prog. Computador	17.549,75	822,91				18.372,66
Prop. Industrial	0,00					0,00
Out. Act. Intangíveis	0,00					0,00
Total	17.549,75	338,89	0,00	0,00	0,00	18.372,66



7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos do período à medida que são incorridos.

Em 2015 concluiu-se o pagamento do empréstimo contraído no Novo Banco no âmbito do projecto MASES.

A 31 de Dezembro a posição dos Financiamentos Obtidos era a seguinte:

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	4.384,48	0,00	4.384,48	21.846,61	8.031,88	29.878,49
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.384,48	0,00	4.384,48	21.846,61	8.031,88	29.878,49

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Os inventários são mensurados pelo custo médio ponderado.

Não foi reconhecido como gasto do período qualquer ajustamento de inventários.

Não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	24.801,89	184.578,12	10.701,80	15.089,77	166.925,69	0,00	22.633,96
Total	24.801,89	184.578,12	0,00	15.089,77	166.925,69	0,00	22.633,96

	2014	2015
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	183.588,44	159.381,50



10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	33.764,43	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades de Utentes	710.101,18	704.989,59
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	260,05	1.165,32
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Outros	560.402,20	542.191,39
Total	1.304.527,86	1.248.346,30

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis são reconhecidos nos Capitais Próprios. Subsequentemente são imputados numa base sistemática como rendimento durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que compensem, nomeadamente as depreciações.

Os subsídios à exploração imputam-se como rendimentos do exercício.

Durante o ano de 2015 a Instituição recebeu subsídios do Instituto de Emprego e Formação Profissional de diversos tipos, designadamente Medidas Estímulo, Contrato Emprego e Inserção, Programa Vida Emprego, Estágios Profissionais, Emprego Jovem.

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
Subsídios do Investimento		
MASES	7.926,54	7.917,77
PIDAC	2.144,41	2.144,41
Programa Solar Térmico	2.675,71	2.675,91
Outros	349,16	349,16
Subsídios à Exploração		
IEFP	70.590,05	39.744,06
Total	78.516,59	47.661,83

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 1.100,49€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2015	2014
IRC Liquidado	1.099,36	549,50
Total	1.099,36	549,50

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2015 e 2014, foi de 5.

Os órgãos directivos não são remunerados.

O número de pessoas ao serviço na Instituição a 31 de Dezembro de 2014 foi de 65 e em 2015 de 67.

A instituição teve o contributo de trabalho prestado a título voluntário de 9 membros, entre os quais uma cabeleireira, e os restantes colaborando no apoio aos idosos e nas funções administrativas.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	592.090,34	556.954,08
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	121.260,87	110.624,95
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.509,80	4.743,19
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Formação Profissional	2.521,65	1.408,00
Outros Gastos com o Pessoal	6.266,62	4.742,05
Total	727.649,28	678.472,27

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A prestação das contas é publicada no *site* da instituição: www.lar nossasenhoradaluz.pt



17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	1.288,14	452,07
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1.288,14	452,07

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não aplicável.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014	2013
Clientês e Utentes c/c			
Clientes	3.892,12	0,00	0,00
Utentes	19.522,71	13.122,89	11.387,84
Clientes e Utentes títulos a receber			
Clientes	0,00	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa			
Clientes			
Utentes	25.526,52	16.432,30	20.369,48
Total	48.941,35	29.555,19	31.757,32

À mensuração do valor em activo na conta de clientes/utentes é fulcral avaliar as imparidades reconhecidas:

Descrição	2015	2014	2013
Cientes/Utentes	10.873,76	8.793,03	5.077,90
Total	10.873,76	8.793,03	5.077,90

No período de 2015 a Instituição procedeu ao desreconhecimento de dívidas constantes em conta corrente na rubrica Clientes e Utentes, dado o seu falecimento, constantes nos Outros Gastos e Perdas.

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	5.790,57	76,50
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	5.790,57	76,50

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	5.561,12	2.386,53
Contratos de Assistência	306,07	
Aluguer de Equipamento	147,60	
Total	5.561,12	2.386,53

17.6 Outros Activos Financeiros

Não aplicável.



17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Caixa	933,89	1.044,37
Depósitos à ordem	110.240,68	128.964,57
Depósitos a prazo	24.000,00	24.000,00
Outros		
Total	135.174,57	154.008,94

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	163.292,93	0,00	0,00	163.292,93
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	187.714,52	0,00	0,00	187.714,52
Resultados transitados	778.200,00	37.766,82	0,00	815.966,82
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	482.870,32	35.020,00	-13.095,82	504.794,50
Total	1.612.077,77	72.786,82	-13.095,82	1.636.748,77

A variação dos fundos patrimoniais resulta das seguintes operações:

- Tratamento dos resultados do período anterior, tendo sido feita a sua reclassificação em Resultados Transitados;
- Imputação dos Subsídios ao Investimento como rendimento do período na proporção da respectiva depreciação dos activos subjacentes;
- Registo da doação recebida referente a um edifício habitacional, o qual se pretende aplicar no apoio social previsto nos fins estatutários.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	33.021,81	22.181,15
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	33.021,81	22.181,15



17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13.849,13	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	13.849,13	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	1.099,36	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10.018,15	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.122,75	3.725,05
Segurança Social	15.290,10	13.076,96
Outros Impostos e Taxas	125,14	63,78
Total	29.655,50	16.865,79

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		713,70		6.377,28
Credores por acréscimo de gastos		106.841,47		92.404,13
Outros credores		28.531,85		37.204,06
Total	0,00	136.087,02	0,00	135.985,47

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	512.131,51	472.448,75
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	512.131,51	472.448,75

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	16,00	1.411,42
Serviços especializados	67.129,68	57.015,78
Materiais	36.363,33	65.278,87
Energia e fluidos	69.293,97	73.444,86
Deslocações, estadas e transportes	4.504,83	10.654,26
Serviços diversos	43.174,63	50.868,86
Total	220.482,44	258.674,05

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	6.654,46	4.133,37
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.014,31	899,30
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	1,91	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	250,00	300,00
Outros rendimentos e ganhos	40.350,01	64.409,97
Total	48.270,69	69.742,64

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	3.045,56	1.490,57
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	2.139,23	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	1.913,89	539,10
Total	7.098,68	2.029,67

As dívidas incobráveis correspondem a valores em aberto de utentes falecidos, dos quais não se espera o seu recebimento, motivo pelo qual se desreconheceram do activo.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	688,49	3.108,41
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	688,49	3.108,41
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	260,05	1.165,32
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	260,05	1.165,32
Resultados Financeiros	-428,44	-1.943,09

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Luísa Ferreira

Edmundo Fernandes de Brito Neto


Ana Margarida Cordeiro Soares

João Francisco Lodi Fernandes